



RODRIGO
FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE ITAJAÍ –
SANTA CATARINA.**

URGÊNCIA – TRATAMENTO MÉDICO

MÁRCIA REGINA SANTOS, brasileira, convivente em união estável, vendedora autônoma, portadora da cédula de identidade n. 21166167 – SSP/SP, inscrita no CPF sob o n. 164.502.968-95, sem endereço eletrônico, residente e domiciliada na Rua Stringari, n. 380, bairro São João, CEP 88305-110, em Itajaí – Santa Catarina, vem muito respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador infra firmado, propor a presente

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA FORNECIMENTO DE
MEDICAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**

Em face de **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 83.102.277/0001-52, podendo ser citado na pessoa de seu Procurador, com endereço na Rua Alberto Werner, n. 100, bairro Vila Operária, nesta Cidade e Comarca, e;

ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 82.951.229/0001-76, representado por sua Procuradoria Regional em Itajaí, com endereço na Rua Lauro Muller, n. 60, 1º andar, centro, Itajaí/SC, CEP 88.301-400, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:



RODRIGO
FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

I – DOS FATOS

Conforme relatório médico anexo, a **Requerente** é portadora de câncer de mama, nível II - CID C 50.9 – sendo que apresenta progressão na doença.

Já realizou outros tratamentos com quimioterapia, porém, não surtiram efeito. Desta forma, a única possibilidade de tratamento de sua doença é com a combinação dos medicamentos **HERCEPTIN 440mg e PERTUZUMAB 420mg por 17 ciclos**, ou seja, durante 17 (dezesete) meses.

Vale dizer que conforme relatório prescrito pela médica responsável (Dra. Grazielle Cristina Felipe), já é confirmado que o tratamento ora pleiteado não é fornecido pelo SUS fora dos âmbitos judiciais e que não há tratamento disponível no SUS que possa substituir tal alternativa terapêutica que se equipare em termos de excelente resposta e baixíssima toxicidade.

Os requerimentos administrativos dos medicamentos, conforme anexo, foram indeferidos.

O valor referente de cada aplicação do referido medicamento, de acordo com orçamento anexo, é de **R\$ 34.762,33 (trinta e quatro mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos)**, portanto, como a **Requerente** necessita de 17 (dezesete) ciclos para seu tratamento, implica num gasto total de **R\$ 590.959,61 (quinhentos e noventa mil novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)**.

A **Requerente** é hipossuficiente e tem como profissão a de vendedora autônoma, que evidentemente terá de suspender por conta do tratamento e suas reações químicas.



RODRIGO
FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Por tais motivos, não resta alternativa senão a busca de tutela jurisdicional, com o intuito de fazer valer os **ditames constitucionais** e infraconstitucionais que amparam a paciente no que concerne à saúde pública e o devido fornecimento de medicação.

II – DO DIREITO

Sendo a saúde um direito fundamental, não pode o Poder Público – Estado de Santa Catarina e Município de Itajaí -, sob pálicos argumentos, **negar o fornecimento** de medicação ao cidadão acometido por doença.

O artigo 196 da Constituição Federal coloca o direito à saúde como direito **fundamental**, garantido por uma prestação positiva do Estado¹. E, em seu artigo 198, deixa consignado que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: [...] **II – atendimento integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

Sendo assim, restando amplamente comprovado que da paciente em questão não vem recebendo a medicação necessária à contenção de sua moléstia, o que constitui nítida afronta às garantias constitucionais e legais vigentes, **faz-se necessária a condenação do demandado na obrigação de fazer valer o direito constitucionalmente consagrado à saúde, fornecendo a medicação ora pleiteada.**

¹ Art. 196. A saúde é direito de todos e **dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e **ao acesso universal e igualitário** às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



RODRIGO FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

No que tange à legitimidade passiva, de acordo com o sistema constitucional e a legislação infraconstitucional, a responsabilidade pela efetivação do direito à saúde pública é solidária e deve ser partilhada indistintamente entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não havendo hierarquia entre os entes federativos no que se refere ao dever de custear tratamentos médicos com a finalidade de assegurar a saúde do cidadão.

Logo, tendo a Constituição Federal de 1988 instituído o Estado Democrático de Direito, o qual está obrigado a uma prestação positiva de garantia dos direitos fundamentais, dentre eles, a saúde (em todos os seus segmentos), não se pode olvidar que a condenação dos entes demandados na obrigação de fazer consiste no fornecimento dos medicamentos **HERCEPTIN 440mg** e **PERTUZUMAB 420mg** por **17 (dezesete) meses** em favor da **Requerente**.

III – DA TUTELA DE URGÊNCIA

Conforme dito em linhas anteriores, é inequívoca a necessidade de imediata e urgente prestação jurisdicional no sentido de compelir o Município de Itajaí e o Estado de Santa Catarina a entregar a medicação necessária, nos termos da prescrição médica anexa.

É cediço que, em ações em que se discute o fornecimento de tratamento médico, a tutela liminar *initio litis* é medida imperiosa, sob pena de restar inócua a prestação jurisdicional futura, tendo em vista a concreta possibilidade de agravamento do estado de saúde e até óbito da **Requerente** (portadora de câncer de mama, CID C50.9).

Com efeito, o art. 300 do Código de Processo Civil estabelece que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a



RODRIGO
FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco no resultado útil do processo.

In casu, indiscutível a existência de elementos claros, e de forma conjugada, **a comprovar a necessidade da medida ora pleiteada**, eis que a moléstia apresentada pela **Requerente**, conforme documentos angariados. É possível ocasionar, **se não tomadas medidas preventivas urgentes, resultado irreversível na agravação do seu estado de saúde**, pondo em risco a própria vida, o que caracteriza, de forma clara e verossímil, a indispensabilidade da medida almejada.

Presentes, dessa forma, a verossimilhança das alegações e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação, a concessão de tutela de urgência, *inaudita altera pars*, é providencia necessária à preservação do objeto da presente demanda, de modo a compelir o Município de Itajaí e o Estado de Santa Catarina a entregar a medicação pretendida.

IV - DO RECURSO ESPECIAL N. 1.657.156

Sobre a matéria, tramita no Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial (REsp. n. 1.657.156), que trata sobre a “obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados na Portaria n. 2.982/2009 do Ministério da Saúde”.

Neste sentido, cumpre informar que, em **24/05/2017**, a Primeira Seção da Corte apreciou a questão de ordem suscitada e decidiu, por maioria, ajustar a delimitação do tema do recurso repetitivo e deixou expresso que: **"a suspensão do processamento dos processos pendentes, determinada no art. 1.037, II, do CPC/2015, não impede que os Juízos concedam, em qualquer fase do processo,**



RODRIGO
FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

tutela provisória de urgência, desde que satisfeitos os requisitos contidos no art. 300 do mesmo diploma legal."

Tal raciocínio já era consagrado pela legislação processual, vale citar:

Art. 313. Suspende-se o processo: [...] IV- pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;

Art. 314. Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.

E ainda:

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso; [...]

§ 2º Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso.

O pedido de fornecimento de medicamento da **Requerente**, preenche - sem dúvidas - os requisitos para concessão da tutela de urgência, conforme detalhado acima.

V – DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

A **Requerente** – conforme já mencionado – é hipossuficiente e tem como profissão a de vendedora autônoma, que, pela reações químico-físicas que o tratamento apresenta, não terá condições de exercer seu trabalho durante o período de tratamento. Ainda, não possui bens móveis e/ou imóveis, razão pela qual não tem condições de arcar com o pagamento das custas processuais.

Desta forma, requer seja deferida a gratuidade da justiça.



VI – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer:

- a) A concessão da **TUTELA DE URGÊNCIA**, nos termos do artigo 300 do CPC, para que seja determinado ao Município de Itajaí e ao Estado de Santa Catarina, solidariamente, o imediato **fornecimento dos medicamentos HERCEPTIN 440mg e PERTUZUMAB 420mg por 17 (dezessete) meses**, conforme prescrição médica, em favor da Requerente;
- b) A concessão dos benefícios da **Justiça Gratuita**, haja vista sua condição de hipossuficiente devidamente comprovada;
- c) A citação dos entes demandados – **por meio mais célere possível** – para, querendo, contestarem a presente ação, sob pena de ser-lhes aplicados os efeitos da revelia (artigos 12, inciso I, 215 e 319 do Código de Processo Civil);
- d) A produção, se necessário, de todas as espécies de provas admitidas em direito, em especial a documental, testemunhal e pericial, além de outras porventura necessárias (artigo 332 e 407 do Código de Processo Civil);
- e) A procedência do pedido inicial, com a confirmação da tutela antecipada, para o fim de se **condenar o Município de Itajaí e ao Estado de Santa Catarina, solidariamente**, na obrigação de fazer consistente na **prestação contínua** e ininterrupta pelo período de



RODRIGO
FERNANDES

ADVOGADOS ASSOCIADOS

17 (dezessete) meses, e na quantia exigida pela receita, do fornecimento da medicação;

f) A condenação do Município de Itajaí e do Estado de Santa Catarina ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios de sucumbência, fixados nos termos do artigo 85 § 3º do CPC.

Dá-se à causa o valor provisório de **R\$ 590.959,61 (quinhentos e noventa mil novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)** que equivale ao valor total dos medicamentos pleiteados pelo período de 17 (dezessete) meses – período de tratamento da **Requerente**.

Nestes termos, pede deferimento.

Itajaí (SC), 06 de julho de 2017.

RODRIGO FERNANDES ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB-SC 2521-2015
Rodrigo Fernandes
OAB/SC 24.534